

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas de reuniões anteriores

- Ata Mesa e Coordenadores n.º 1/XIII/3.ª, de 24 de outubro
- Ata da reunião n.º 89/XIII/3.ª, de 26 de outubro
- Ata n.º 90/XIII/3.ª, de 9 de novembro
- Ata n.º 91/XIII/3.ª, de 14 de novembro
- Ata n.º 92/XIII/3.ª, de 15 de novembro

3. Comunicações do Presidente

3.1. Informação de baixa à Comissão

- [Projeto de Resolução 1117/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que introduza na contratação pública mecanismos que assegurem maior qualidade nas refeições escolares

3.2. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [[COM\(2017\)650](#)]

- Distribuição ao GP do BE

3.3. Proposta de procedimentos na Comissão de Educação para petições até 100 subscritores

3.4. Ofício da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação sobre a III Conferência Europeia de Jovens – *Cross-cultural dialogues to take care of the planet – European Youth Conference*

3.5. Apreciação e votação de relatórios de Audiências/Audições

3.6. Pedidos de audiência

- **Escola Profissional da Ericeira** - Financiamento dos cursos de educação e formação de jovens (ano letivo 2016/2017- não foram reacionados qualquer valor), a Homologação de cursos profissionais e CEF tipo 2 (ano letivo 2017/2018) em autofinanciamento e o Pagamento do SASE do ano letivo 2016/2017.

3.7. Retificação do relatório final e nota de admissibilidade da petição n.º 300/XIII/2.ª, Solicitam medidas para garantir a igualdade entre todos os docentes

3.8. Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares

Relatório de atividades desenvolvidas por este Grupo.

4. Audiências:

- Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

5. Apreciação e votação de relatório final de petição

- [Petição Nº 344/XIII/2.ª](#) - Solicitam a inclusão do Projeto Personal Planning no currículo do ensino em Portugal.

Deputada Relatora: Laura Magalhães (PSD)

6. Apreciação e votação da admissibilidade de Petições

- 5.1. [Petição n.º 380/XIII/2.ª](#) - Solicita alteração legislativa ao Estatuto da Carreira Docente e ao Estatuto da Aposentação.
- 5.2. [Petição n.º 392/XIII/3.ª](#) - Solicita a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género.
- 5.3. [Petição n.º 395/XIII/3.ª](#) - Solicitam o reposicionamento dos professores na carreira, de acordo com o Estatuto da Carreira Docente.
- 5.4. [Petição n.º 397/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista ao controlo da alimentação dos alunos nos refeitórios dos estabelecimentos escolares.
- 5.5. [Petição n.º 398/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados.
- 5.6. [Petição n.º 399/XIII/3.ª](#) - Solicita a inclusão da educação mental no currículo escolar.
- 5.7. [Petição n.º 408/XIII/3.ª](#) - Solicita informações quanto ao fornecimento de água potável aos alunos e trabalhadores da EB 2/3 Dom Domingos Jardo, em Sintra.

7. Apreciação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento da Comissão para a 3.ª Sessão Legislativa

8. Apreciação e votação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação para a 3.ª Sessão Legislativa

9. Apreciação do Projeto de relatório de progresso sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas – IX a XIII Legislatura

10. Fixação de redação final de texto aprovado

7.1. Projeto de Resolução nº 1088/XIII/3ª (PSD, PS, BE, CDS, PCP, PEV, PAN) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a diminuição do peso das mochilas escolares.

7.2. Projeto de Resolução n.º 876/XIII (PS) – “Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa”.

11. Apreciação da realização de escrutínio da [COM\(2017\)637](#) - Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a **contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2009/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**

- Deputado Relator: PS

12. Data da próxima reunião

- 5 de dezembro de 2017, 15h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas de reuniões anteriores

Foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP as atas da reunião da Mesa e Coordenadores de 24 de outubro e das reuniões da Comissão de 26 de outubro, e dos dias 9, 14 e 15 de novembro.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Informação de baixa à Comissão

O Presidente da Comissão informou que baixou à mesma o [Projeto de Resolução 1117/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que introduza na contratação pública mecanismos que assegurem maior qualidade nas refeições escolares - e referiu que este já se encontra agendado para discussão em Plenário no dia 07 de dezembro de 2017.

3.2. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [\[COM\(2017\)650\]](#)

Referiu depois que foi remetido pela Comissão de Assuntos Europeus o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018, que é distribuído ao GP do BE para elaboração de parecer, tendo realçado que o mesmo deve ser apreciado na reunião de 5 de dezembro de 2017.

3.3. Proposta de procedimentos na Comissão de Educação para petições até 100 subscritores

Foi distribuída uma informação a equacionar a alteração dos procedimentos de tramitação das petições, na sequência da publicação da [Lei n.º 51/2017, de 13 de julho](#), bem como uma proposta dos serviços respeitante às petições até 100 subscritores, com o seguinte teor:

- A nomeação de deputado relator e a audição do respetivo peticionário é facultativa, sendo decidida com base numa análise casuística das petições e/ou da abrangência dos interesses em causa;
- Sempre que for decidida a audição de peticionário, deve ser decidida a nomeação de deputado relator;
- Aquando da decisão de admissão de petição deverá decidir-se igualmente a realização das diligências/pedidos de informação propostas em sede da nota de admissibilidade;
- Caso não seja nomeado relator, os serviços elaborarão o respetivo relatório final, o qual deverá ser objeto de validação em reunião da Comissão, para posterior envio aos peticionários e divulgação no *site* da petição.

O Presidente da Comissão informou ainda que estava agendada a apreciação das notas de admissibilidade de várias petições com menos de 100 subscritores, pelo que se tomaria posição no âmbito das mesmas.

3.4. Ofício da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

O Presidente prestou informação sobre um ofício da Comissão acima referida, a comunicar a «III Conferência Europeia de Jovens – *Cross-cultural dialogues to take care of the planet – European Youth Conference*, promovida pela ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental». É solicitada a colaboração dos Deputados dessa Comissão e da Comissão de Educação e Ciência, com vista a participarem num evento que terá lugar na Assembleia da República, previsivelmente em 23 de maio, das 10h às 13h.

3.5. Apreciação e votação de relatórios de Audiências /Audições:

A apreciação do relatório da audição dos peticionários da petição n.º 329/XIII/2.^a - Solicita rescisão amigável com o Ministério da Educação e iniciativa legislativa que permita o

rejuvenescimento dos professores, de que é relatora a Deputada Joana Mortágua (BE) foi adiada.

Os relatórios das audiências a um grupo de alunos, professores e funcionários da Universidade de Évora e ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, sobre o OE 2018 (conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa) foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.6. Pedidos de audiência

Analisado o pedido de audiência da Escola Profissional da Ericeira, para equacionar o financiamento dos cursos de educação e formação de jovens (no ano letivo 2016/2017 não foram rececionados quaisquer valores), a homologação de cursos profissionais e CEF tipo 2 (no ano letivo 2017/2018) em autofinanciamento e o pagamento do SASE do ano letivo 2016/2017, foi deliberado que a mesma será realizada por um Deputado-piloto a indicar pelo PSD, em reunião aberta a todos os Deputados.

3.7. Retificação do relatório final e nota de admissibilidade da petição n.º 300/XIII/2.ª, Solicitam medidas para garantir a igualdade entre todos os docentes

Na sequência do pedido do peticionário no sentido de se retificar o relatório final da petição (aprovado na Comissão em 24/10/2017, aguardando-se o agendamento da discussão da petição em Plenário), no quadro da página 4, em que se transcreve o quadro da nota de admissibilidade, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP a retificação do relatório e da nota de admissibilidade em conformidade.

3.8. Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho, apresentou o relatório das atividades desenvolvidas, tendo agradecido o empenhamento de todos, que permitiu a aprovação de uma Resolução sobre a matéria, e propôs o encerramento do Grupo de Trabalho.

Intervieram ainda as Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e Susana Amador (PS), realçando o trabalho desenvolvido e a aprovação de uma Resolução conjunta por todos os Grupos Parlamentares.

O relatório de atividades do Grupo de Trabalho e o encerramento do Grupo de Trabalho foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Audiências

4.1. Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica

A delegação do Sindicato está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

Os elementos da delegação referiram o seguinte, em síntese:

1. O Sindicato representa técnicos de saúde especializados e diferenciados, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, que prestam apoio especializado às crianças com necessidades educativas especiais;
2. Os terapeutas têm dificuldades de intervenção no processo educativo das crianças, realçando que têm vínculos precários, contratos a termo com renovação anual e com interrupção de funções (contratações por 10 meses), não sendo elementos permanentes na escola;
3. Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) são maioritariamente do setor social e privado, entendendo o Sindicato que a escola deve ter técnicos especializados a título permanente;
4. Entendem que o projeto do diploma do regime legal de inclusão escolar, que visa revogar o [Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro](#), devia dizer mais, dado que fala nos CRI, mas prevê a sua regulação posterior;
5. Os terapeutas estão muito na saúde e também na escola, mas faltam elementos e há má utilização dos mesmos, realçando que há 160 terapeutas da fala no Serviço Nacional de Saúde e prevê-se a transferência dos terapeutas das escolas para os CRI;
6. Concordam com o fim da aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
7. Entendem que ao Projeto de diploma é bastante vazio em relação aos terapeutas e dá um grande relevo à utilização das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
8. Por outro lado, reconhece a necessidade de cooperação entre os vários técnicos, mas considera os terapeutas como uma necessidade não permanente;
9. Defendem a criação de uma carreira para os terapeutas, na linha da criação do grupo de recrutamento de docentes da Língua Gestual Portuguesa.

Interviu depois a Deputada Manuela Tender (PSD), estranhando que o Ministério da Educação ainda não tenha marcado a audiência que o Sindicato lhe pediu, considerando que os apoios aos alunos com necessidades educativas especiais se integram no âmbito dos direitos humanos e perguntando qual o sistema que consideravam mais eficaz para organizar os recursos humanos de forma permanente e para exercerem funções durante todo o ano.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu que muitas vezes as necessidades dos alunos são temporárias, nomeadamente a nível da terapia da fala. Defendeu depois a existência dos recursos necessários para uma escola inclusiva e considerou que o projeto de diploma vai nesse sentido. Informou que sabem que há falta de recursos e que entendem que a relação tripartida entre a escola, a segurança social e a saúde é a adequada.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que tem sido negada a carreira a estes técnicos e salientou que os direitos dos trabalhadores se refletem na inclusão nas escolas. Defendeu ainda que as necessidades individuais dos alunos podem ser temporárias, mas as necessidades do sistema são permanentes, devendo haver permanência dos técnicos nas escolas. Manifestou depois que concordava com os CRI, mas entendia que a escola tem de ter respostas permanentes.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) afirmou que o CDS entende os constrangimentos que decorrem do facto dos planos terapêuticos estarem associados a períodos estritamente

escolares e dos recursos humanos não estabilizarem de ano para ano, o que poderá pôr em causa a continuidade dos planos já estabelecidos e testados pelo que, essa estabilização, é matéria a considerar. Pediu especificamente esclarecimento em relação à utilização dos técnicos no Norte do país, pois no ofício de pedido de audiência afirmam “se estar a aplicar uma visão do que é a prestação de cuidados de saúde, como se se tratasse de mais uma ferramenta pedagógica, muito especial no Norte do País”.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) concordou com a preocupação do sindicato e referiu que a intervenção em relação aos alunos com necessidades educativas especiais é de nível transversal, mas deve ter resposta nas escolas. Informou depois que o PCP discorda do [Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro](#), e já apresentou um Projeto de Lei próprio sobre a matéria, tendo defendido ainda que a intervenção dos técnicos é fundamental. Defendeu também que todas as necessidades permanentes devem ter um vínculo efetivo dos profissionais e ser feita a valorização dos mesmos. Por último, salientou que todos os jovens devem poder aprender nas escolas públicas das suas localidades.

Na sequência das perguntas e das observações colocadas, os representantes do Sindicato referiram o seguinte:

1. Já foram recebidos pela Secretária de Estado da Inclusão em maio, mas não pelos membros do Governo da área da Educação;
2. Entendem que pela análise do histórico e pelas informações e estatísticas do Ministério da Educação, deve ser possível definir rácios dos técnicos necessários para crianças com necessidades educativas especiais e modo de implementação dos mesmos;
3. Propõem que haja um grupo de recrutamento próprio para terapeutas, como vai acontecer com os docentes de Língua Gestual Portuguesa;
4. Na Região Autónoma da Madeira os terapeutas já têm uma carreira própria e vínculo definitivo;
5. Há necessidade de intervenção em relação às crianças o mais cedo possível;
6. Os recursos/financiamentos que são entregues podiam ser mais bem geridos, criando respostas permanentes;
7. Anualmente há instabilidade nos planos terapêuticos e os técnicos são colocados em várias escolas, o que obriga a deslocações diárias muito grandes;
8. Os técnicos especializados devem ser colocados nas escolas e não apenas nos CRI, como refere o Projeto de Lei, e desde o início do ano;
9. Desde 2015/2016 tem havido uma diminuição de técnicos nas escolas.

O parecer que apresentaram em relação ao projeto de diploma que visa alterar o Decreto-Lei n.º 3/2008 e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

4.2. Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

A delegação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas/CRUP está identificada na [página da Comissão](#).

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes do CRUP referiram que querem ser ouvidos para além do Orçamento do Estado, bem como ter um papel crítico no futuro de Portugal e transmitiram depois o seguinte:

1. Os estudantes devem estar no centro das preocupações das academias e o CRUP defende um novo debate sobre o Processo de Bolonha e quer ter um papel no mesmo;
2. E sobre a ação social direta (referindo que o novo quadro comunitário pode fechar as verbas) e indireta, realçando a necessidade de resposta a nível das residências para alunos;
3. No que respeita à ciência, concordam com a avaliação das unidades, defendem a não centralização da ciência nos grandes centros urbanos, a necessidade de renovação dos quadros dos docentes e estão a trabalhar nos laboratórios colaborativos, para atraírem investimento privado;
4. As Universidades têm uma baixa receita, por não haver pagamento das verbas respeitantes a projetos financiados, pelo que defendem mais coordenação com as Comissões de Coordenação;
5. Manifestam preocupação com a situação pós 2020, realçando ainda que o parque escolar está muito degradado e precisa de renovação;
6. Estão a trabalhar numa agenda europeia e numa ibérica e nomeadamente numa cooperação com países do norte de África;
7. O reforço orçamental de 2017 ainda não foi cumprido, o que tem gerado alguns problemas de tesouraria;
8. Suscitam-se várias questões no âmbito da coesão, defendendo a solidariedade entre instituições, referindo, designadamente, que a banda larga nas zonas de baixa densidade é menor que nos grandes centros urbanos;
9. O concurso nacional de acesso ao ensino superior funciona como um destruidor de talentos das regiões mais desfavorecidas;
10. O tecido empresarial, os serviços, a Administração Pública têm de empregar doutorados, salientando que só 4% estão fora do ensino superior;
11. O Orçamento para 2018 é igual ao de 2017 com o reforço, pelo que há desinvestimento no ensino superior;
12. É necessária uma atenção especial para as Universidades das regiões autónomas e interiores, que pela sua escala têm custos superiores e precisam de participações especiais.

Interveio depois a Deputada Margarida Mano (PSD), que realçou a necessidade de atuação nos territórios de baixa densidade populacional, manifestou preocupação com as residências e informou que o PSD fez propostas de alteração no âmbito do Orçamento do Estado, as quais não foram aprovadas e viabilizaram propostas de outros Grupos Parlamentares. Salientou ainda que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior se comprometeu a fazer um reforço até ao final do ano de 2017 e referiu que este *timing* é mau do ponto de vista da execução.

O Deputado António Eusébio (PS) agradeceu as preocupações transmitidas pelo CRUP e indicou que o PS tem vindo a olhar para as questões da ação social, nomeadamente para os alojamentos a custos acessíveis. Concordou depois com a revisão do Processo de Bolonha, a desenvolver em conjunto com as instituições e pediu a remessa da informação disponível do CRUP.

O Deputado Luís Monteiro (BE) defendeu a estabilização dos quadros de pessoal, referiu que a Universidade do Porto não responde às questões colocadas no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública e questionou se o

CRUP conhece a situação. Referiu depois que apresentaram no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado uma proposta de alteração para mais residências para alunos. Mencionou ainda que há instituições que todos os anos têm dificuldades financeiras, pelo que há necessidade de equacionar a situação. A terminar referiu que já nem a Universidade de Bolonha utiliza o Processo de Bolonha.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) manifestou preocupação pelo pagamento do reforço orçamental ainda não ter sido feito. Referiu depois que o Orçamento do Estado tem um valor máximo de propinas, o que pode ter impacto nos orçamentos das instituições. Defendeu ainda que os saldos de gerência não resolvem os problemas de fundo e referiu que o congelamento das propinas implica a diminuição das receitas das instituições. Pediu depois indicação das razões pelas quais os reitores não concordam com o relatório sobre o acesso ao ensino superior e salientou que o problema da baixa demografia chegará ao ensino superior em 2 anos, com vários impactos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu a necessidade de alteração da lei de financiamento do ensino superior, considerou a resposta da ação social insuficiente e indicou a posição do PCP em relação ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e Fundações.

Na sequência das perguntas e das observações colocadas, os representantes do Sindicato referiram o seguinte:

1. Estão disponíveis para discutirem as questões;
2. É preciso encontrar financiamentos, pensar diferente e eventualmente recorrer ao Banco Europeu de Investimento para desenvolvimento de um projeto de requalificação do espaço urbano em articulação com a cidade;
3. Não se podem deixar fugir os financiamentos do eixo 8;
4. O CRUP não manda nas Universidades;
5. O pagamento tardio do reforço orçamental implica a impossibilidade da sua boa utilização;
6. Perdem alunos nas instituições do interior;
7. Defendem a saída dos doutorados para fora do sistema de ensino;
8. Os contratos de legislatura não deram uma receita fixa, apenas não pode haver diminuição;
9. Os saldos de gerência normalmente são consignados a projetos;
10. O acesso ao ensino superior tem de ser repensado, embora estejam contra a liberalização do acesso;
11. O alojamento dos alunos é um problema de Lisboa e do Porto, mas também do resto do país.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

5. Apreciação e votação de relatório final de petição

- [Petição Nº 344/XIII/2.ª](#) - Solicitam a inclusão do Projeto Personal Planning no currículo do ensino em Portugal.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Apreciação e votação da admissibilidade de Petições

6.1. Petição n.º 380/XIII/2.ª - Solicita alteração legislativa ao Estatuto da Carreira Docente e ao Estatuto da Aposentação.

Adiado.

6.2. Petição n.º 392/XIII/3.ª - Solicita a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género.

Adiado.

6.3. Petição n.º 395/XIII/3.ª - Solicitam o reposicionamento dos professores na carreira, de acordo com o Estatuto da Carreira Docente.

Analisada a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e pedir informação às entidades propostas. Foi indicada como relatora a Deputada Maria Augusta Santos (PS).

6.4. Petição n.º 397/XIII/3.ª - Solicita a adoção de medidas com vista ao controlo da alimentação dos alunos nos refeitórios dos estabelecimentos escolares.

Adiado.

6.5. Petição n.º 398/XIII/3.ª - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados.

Adiado.

6.6. Petição n.º 399/XIII/3.ª - Solicita a inclusão da educação mental no currículo escolar.

Adiado.

6.7. Petição n.º 408/XIII/3.ª - Solicita informações quanto ao fornecimento de água potável aos alunos e trabalhadores da EB 2/3 Dom Domingos Jardo, em Sintra.

Adiado.

7. Apreciação e votação do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação para a 3.ª Sessão Legislativa

A Deputada Susana Amador (PS) apresentou o plano de Atividades, que foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Apreciação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento da Comissão para a 3.ª Sessão Legislativa

Adiado.

9. Apreciação do Projeto de relatório de progresso sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas – IX a XIII Legislatura

Verificou-se que há 1 Lei parcialmente regulamentada que não tem prazo de regulamentação e 7 leis não regulamentadas, estando 3 fora do prazo de regulamentação e não havendo prazo em relação a 4.

O Projeto de relatório não suscitou intervenções, aguardando-se as respostas do Governo.

10. Fixação de redação final de texto aprovado

10.1. Projeto de Resolução nº 1088/XIII/3ª (PSD, PS, BE, CDS, PCP, PEV, PAN) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a diminuição do peso das mochilas escolares.

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10.2. Projeto de Resolução n.º 876/XIII (PS) – Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa.

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Apreciação da realização de escrutínio da COM(2017)637 - Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a **contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens**, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2009/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

A Comissão deliberou que a iniciativa não se integra no seu âmbito de competências, pelo que não será escrutinada.

12. Outros assuntos

O Presidente da Comissão submeteu à apreciação da mesma o pedido da Deputada Maria Augusta Santos (PS) no sentido de ser autorizada a sua participação no Congresso Internacional subordinado ao tema “Lusofonia e Francofonia: duas potências mundiais”, que vai decorrer em Paris de 6 a 8 de dezembro, na sequência do convite que lhe foi dirigido para presidir à sessão plenária intitulada “Francês e Português: línguas de investigação científica numa perspetiva de internacionalização”.

Nesse âmbito solicita ainda que a deslocação seja considerada em representação da Assembleia da República, sendo-lhe justificada a falta às sessões plenárias nesses dias e pagos os encargos de deslocação.

Intervieram as Deputadas Nilza de Sena (PSD), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Susana Amador (PS), tendo manifestado preocupações em relação à autorização de deslocações em resposta a convites pessoais e nessa sequência foi consensualizado não dar anuência ao pedido.

13. Data da próxima reunião

- 5 de dezembro de 2017, 15h

A reunião foi encerrada às 13 horas 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Sandra Pontedeira
Susana Amador
António Eusébio
Diana Ferreira
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão
Ivan Gonçalves
Porfírio Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos
Pedro Alves

